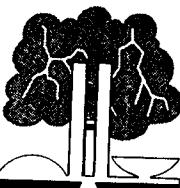


# Cheques reforçam acusação a deputado

*Levantamento revela pelo menos US\$ 30 mil em depósitos do Banco Cidade, suspeito de ser um dos operadores financeiros do esquema de corrupção do Orçamento, em sua conta na Caixa Econômica*

**B**RASÍLIA — A descoberta dos três cheques emitidos pelo líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), para o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) pode confirmar a denúncia do ex-diretor do Departamento de Orçamento da União (DOU) José Carlos Alves de Souza, que o acusou de ser o representante do ex-presidente da Câmara no esquema de corrupção no Congresso. De acordo com investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a manipulação de verbas do Orçamento da União, o relator do regimento interno da revisão constitucional recebeu pelo menos US\$ 30 mil em cheques do Banco Cidade, depositados por Correia em sua conta da Caixa Econômica, na Câmara. Como ocorre nas contas dos envolvidos já rastreadas pela subcomissão, há indícios de que os depósitos sejam periódicos.

Parlamentares ligados à CPI evitaram comentar a descoberta. Mas um influente político da subcomissão de bancos comentou que o aparecimento do nome de Ibsen não constituiu surpresa. Afirma ainda que há uma espécie de consenso no grupo que trabalha no rastreamento das contas bancárias de que Ibsen não participou diretamente do esquema de manipulação do Orçamento. No entanto, recebeu recursos



por indicar parlamentares do grupo para a Comissão Mista de Orçamento, quando era líder do PMDB, e mesmo por fazer "vistas grossas" às denúncias de corrupção, quando ocupava a presidência da Câmara dos Deputados. A comissão considera importante agora conhecer o resultado do cruzamento das informações das transações financeiras realizadas entre os chamados Sete Anões da Comissão Mista de Orçamento.

Os integrantes da CPI estão preocupados em desvendar a malha financeira montada pelo grupo empenhado na manipulação de verbas do Orçamento da União. Os primeiros levantamentos feitos mostraram que o

comandante do grupo, o deputado João Alves (PPR-BA), emitia cheques para si próprio, de grandes valores, que eram depositados em sua conta nos bancos Cidade, Rural ou Agro-banco, e eram aplicados nas agências por alguns dias. Ao mesmo tempo, encontraram depósitos sistemáticos

**HÁ CONSENSO DE QUE ELE NÃO PARTICIPOU DIRETAMENTE, MAS FEZ "VISTAS GROSSAS"**

e nos mesmos valores nas contas dos principais envolvidos no esquema de manipulação do Orçamento da União. Isso pode significar, na avaliação dos parlamentares da subcomissão, que esses bancos eram de fato os operadores financeiros de todo o esquema.